

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



**O comissionamento do INS Vikrant e as
aspirações de uma Índia autossuficiente**

ESTE E OUTROS 13 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 170 • 05 de outubro de 2022

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [IAC1 Vikrant](#) e [INS Kolkata](#)

Por: Ministério da Defesa indiano

Fonte: Wikimedia Commons

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante João Alberto de Araujo Lampert

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/
RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).



ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos De Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna Soares Corrêa de Souza (UniLaSalle)
José Martins Rodrigues Junior (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Otávio Brasileiro Pires de Camargo (UNESP)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ)
Jéssica Pires Barbosa Barreto (EGN)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Raphaella da Silva Dias Costa (UFRJ)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Gustavo da Hora (UFRJ)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Júlia Elias Teodoro Santos Pereira (UFRJ)
Luís Filipe de Souza Porto (UFABC)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFF)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Adel Bakkour (UFRJ)
Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
Dominique Marques de Souza (UFRJ)
Isadora Novaes dos Santos Bohrer (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Iasmin Gabriele Nascimento dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

Alessandra Dantas Brito (EGN)
Bruno Gonçalves (UFRJ)
Guilherme Novaes Silva Pinto (UFRJ)
Maria Claudia Menezes Leal Nunes (USP)
Raquel Torrencilha Spiri (UNESP)



SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL	LESTE ASIÁTICO
Conflitos no sul do Chile: desafios para estabilidade e segurança regionais5	Coreia do Sul: gerenciar as provocações norte-coreanas e reforçar a indústria de defesa nacional 13
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL	Japão e a securitização da China: o dilema de Taiwan..... 14
Cooperação Canadá-EUA e o Projeto de Modernização do NORAD6	SUL DA ÁSIA
ÁFRICA SUBSAARIANA	O comissionamento do <i>INS Vikrant</i> e as aspirações de uma Índia autossuficiente 15
O papel nigeriano no enfrentamento da (in)segurança cibernética.....7	SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA
O dilema da pesca predatória na costa da África Ocidental8	Um ano do AUKUS: desafios à capacidade de Defesa australiana 16
EUROPA	ÁRTICO & ANTÁRTICA
O papel da Península Ibérica na crise energética europeia.....9	O estremecimento das relações Argentina-Chile na Patagônia e seus efeitos na geopolítica antártica 17
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA	TEMAS ESPECIAIS
No palco do Mediterrâneo Oriental: Líbano vs. Israel 10	A navegação de cabotagem e as perspectivas pós-pandemia 18
RÚSSIA & Ex-URSS	Artigos Seleccionados & Notícias de Defesa..... 19
A indústria armamentista russa no contexto do conflito na Ucrânia 11	Calendário Geocorrente..... 19
Novos caminhos levam ao Cáspio 12	Referências..... 20
	Mapa de Riscos..... 21

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Luísa Barbosa



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

Conflitos no sul do Chile: desafios para estabilidade e segurança regionais

Pedro Kilson

O Congresso chileno aprovou, no dia 27 de setembro de 2022, a oitava prorrogação do chamado Estado de Exceção na *Macrozona Sur*, território que abrange as regiões de La Araucanía e Biobío. Trata-se de uma ferramenta constitucional que viabiliza a implementação excepcional de políticas administrativas para além das normativas tradicionais, em cenários de instabilidade social. Sob solicitação do Executivo, a medida deverá se estender por 15 dias, objetivando pacificar um setor historicamente marcado por confrontos entre o Estado chileno e comunidades mapuches, desde o período colonial. Entretanto, na atualidade, o conflito toma uma dimensão interseccional ao incorporar novos atores vinculados ao crime organizado, como o narcotráfico e terrorismo. Nesse sentido, questiona-se: em que medida as hostilidades contribuem para a desestabilização nacional e representam um empecilho para a segurança e cooperação em âmbito regional?

O Estado de Exceção permite a ampliação do escopo de atuação do Exército e da Marinha, que inclui a vigilância e fiscalização nas estradas, visando pacificar uma região afetada pela escalada de violência, na última década. Os enfrentamentos têm caráter histórico, opondo comunidades mapuches e o Estado acerca da posse e do direito à terra. Consolidou-se, ao longo do processo de formação do país, o conceito de “fronteira interior”, demarcando uma região à

margem do crescimento econômico e da identidade nacional. A presença do crime organizado, no entanto, reconfigura tal conjuntura. Destacam-se assassinatos de caminhoneiros, fazendeiros e trabalhadores rurais ligados a empresas florestais (inclusive pertencentes às comunidades indígenas), ocupações e invasões a propriedades privadas, incêndios a carros, narcotráfico, tráfico de armas, bem como bloqueios sistemáticos de rodovias. Esse cenário incide negativamente na estabilidade política do país, ao debilitar a legitimidade do Estado em pontos específicos do território chileno. Em março de 2022, por exemplo, disparos de arma de fogo interromperam a visita da Ministra do Interior, Izkia Siches, ao setor de Ercilla, na região de La Araucanía.

A dificuldade de implementação de estratégias e diálogo intersetorial por parte do governo para a contenção do crime organizado no país, simultaneamente à crise migratória na fronteira norte, contribuem para polarizações na opinião pública, assim como apontam para desafios de estabilidade e segurança regional. Assim, processos de cooperação e diálogo em torno de problemáticas como enfrentamento a organizações criminosas, proteção ao meio ambiente, promoção de agendas energéticas sustentáveis e diplomacia tornam-se vulneráveis em um cenário de limitações de atuação do Estado em eixos estratégicos, como crescimento econômico e estabilidade social.



Cooperação Canadá-EUA e o Projeto de Modernização do NORAD

Jéssica Barreto

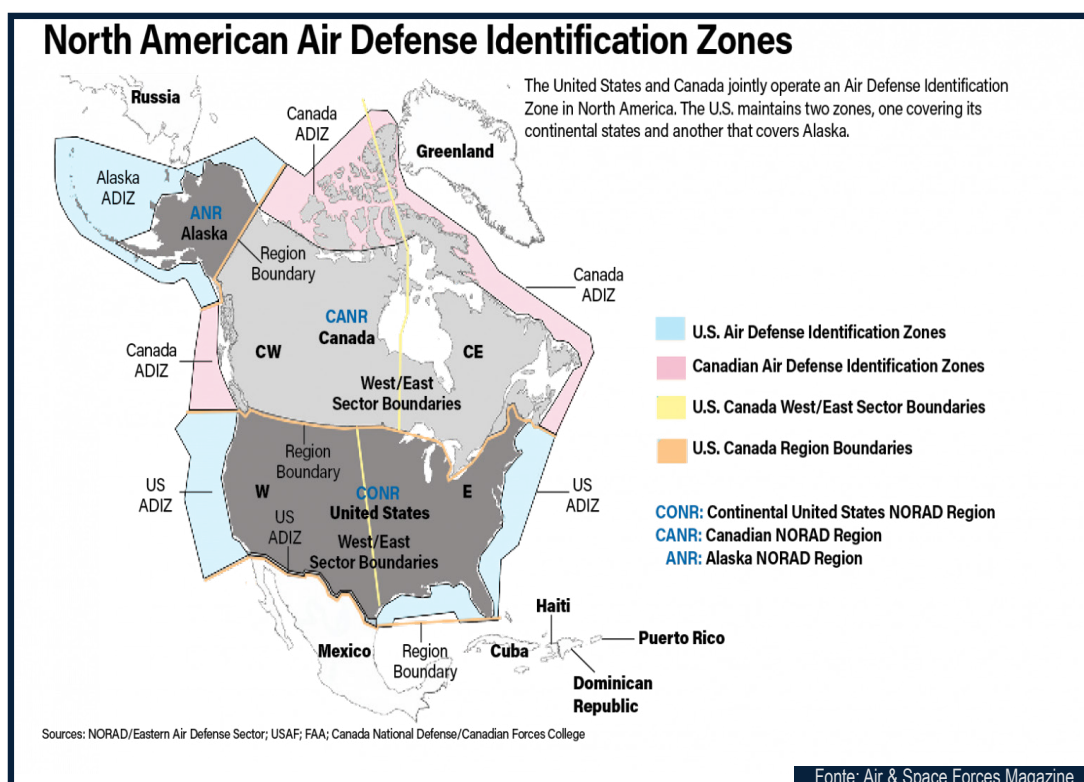
Desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o investimento na Defesa conjunta do continente é um fator determinante no entendimento da relação entre o Canadá e os Estados Unidos da América (EUA). Em junho de 2022, em uma visita à base da Força Aérea canadense *8 Wing Trenton*, em Ontário, a ministra de Defesa do país, Anita Anand, anunciou o projeto de modernização do Comando de Defesa Aeroespacial Norte-Americano (NORAD, na sigla em inglês), um dos maiores exemplos da iniciativa de Defesa continental dos EUA e Canadá. Nesse sentido, é importante entender as raízes desse movimento e o impacto da modernização do NORAD na relação entre os Estados norte-americanos.

Apesar de dividirem a maior fronteira terrestre internacional do mundo, a relação EUA-Canadá era distante até a Segunda Guerra Mundial. Um dos principais motivos para isso foi a Guerra de 1812, em que os EUA iniciaram uma invasão ao Canadá como forma de expandir seu território e atingir o Império Britânico. A aproximação começa no final dos anos 1930, diante da tensão entre os países europeus, com a perspectiva de que a segurança de um país dependia da segurança do vizinho. O governo Franklin Roosevelt foi o primeiro a expressar preocupação, afirmando que os EUA estariam prontos para defender todo o continente sozinho. Apenas

em 1940 a primeira iniciativa conjunta toma forma, com o *Permanent Joint Board on Defence* (PJBD) – um espaço reconhecido para debate sobre os problemas de defesa comuns aos dois países.

O NORAD teve seu estabelecimento oficial em 1958, sendo uma organização binacional que busca o controle do espaço aéreo. Em 2006, uma evolução do Comando foi o início da missão de “aviso marítimo” que, visando facilitar uma resposta unilateral, controla áreas marítimas e vias navegáveis. Apesar de diversos debates ao longo dos anos, em 2021 foi divulgada uma declaração conjunta, afirmando o compromisso dos países em modernizar e integrar as capacidades envolvidas no NORAD. Em 2022, o governo canadense incluiu na sua proposta de orçamento recursos para essa modernização, com um investimento inicial de US\$ 4,9 bilhões em seis anos.

Para os próximos 20 anos está previsto um investimento de US\$ 38,6 bilhões em cinco diferentes áreas: sistemas de vigilância; comunicação; sistemas de armas; infraestruturas e capacidades de suporte no Norte; e Ciência e Tecnologia. Dessa forma, apesar de ter prejudicado o desenvolvimento da indústria de defesa canadense nos anos 1990, a ideia de Defesa conjunta continental é base para o relacionamento entre Canadá e EUA.



O papel nigeriano no enfrentamento da (in)segurança cibernética

Isadora Jacques

A segurança cibernética é um importante alicerce de Defesa, uma vez que sua insuficiência pode tornar vulneráveis as infraestruturas críticas de um país. Em 2021 a Organização do Tratado do Atlântico Norte endossou um posicionamento que postula ataques cibernéticos como "agressões à segurança pela sua capacidade de destruição e coerção" ([Boletim 160](#)). Desde setembro de 2022, a matriz curricular voltada à capacitação dos profissionais da Marinha nigeriana passou a incluir segurança cibernética para o enfrentamento das ameaças emergentes no ambiente marítimo. Como a Nigéria, que já foi alvo de ataques no meio digital e que pode ser explorada como um centro de guerra cibernética, enfrenta essa vulnerabilidade?

Abuja assinou e ratificou a Convenção de Budapeste sobre Crimes Cibernéticos do Conselho Europeu em 06 de julho de 2022, juntando-se a outros 66 países. Esse esforço foi precedido, em 2015, pela promulgação da Política e Estratégia de Segurança Cibernética pelo governo nigeriano a fim de minimizar os riscos às suas infraestruturas críticas. As tentativas de diminuir a vulnerabilidade da Nigéria às ameaças digitais se correlacionam com o interesse do Estado de salvaguardar as linhas de comunicação marítimas internacionais, responsáveis pelo pleno funcionamento do comércio

marítimo nigeriano e exportação de seus hidrocarbonetos.

Para além das questões de Segurança e Defesa, a vulnerabilidade cibernética pode ser uma ameaça econômica. O presidente da Sociedade de Segurança da Informação da África e o chefe do grupo de operações e tecnologia do *Ecobank Nigeria* reforçam a relevância da segurança do setor, já que mais de US\$ 7 trilhões correm o risco de serem roubados em todo o mundo, incluindo a Nigéria, através do ciberespaço. As preocupações em torno das ações dentro de uma estratégia nacional de cibersegurança são impulsionadas pela adesão dos nigerianos às moedas digitais, motivada pela desvalorização da moeda local e inflação.

Com a preparação de oficiais da Marinha da Nigéria, espera-se a melhora da resiliência e capacidade de resposta em torno do setor cibernético, tornando o país um centro prioritário para programas de prevenção ao cibercrime. Com ferramentas eficientes para investigações de crimes digitais e treinamento militar especializado, o Estado pode se beneficiar de uma estratégia nacional de segurança digital aprimorada, permitindo uma maior estabilidade econômica para o desenvolvimento e para a proteção dos insumos energéticos nigerianos, uma vez que o país é o maior exportador de petróleo e gás da África Subsaariana.



O dilema da pesca predatória na costa da África Ocidental

Vanessa Bandeira

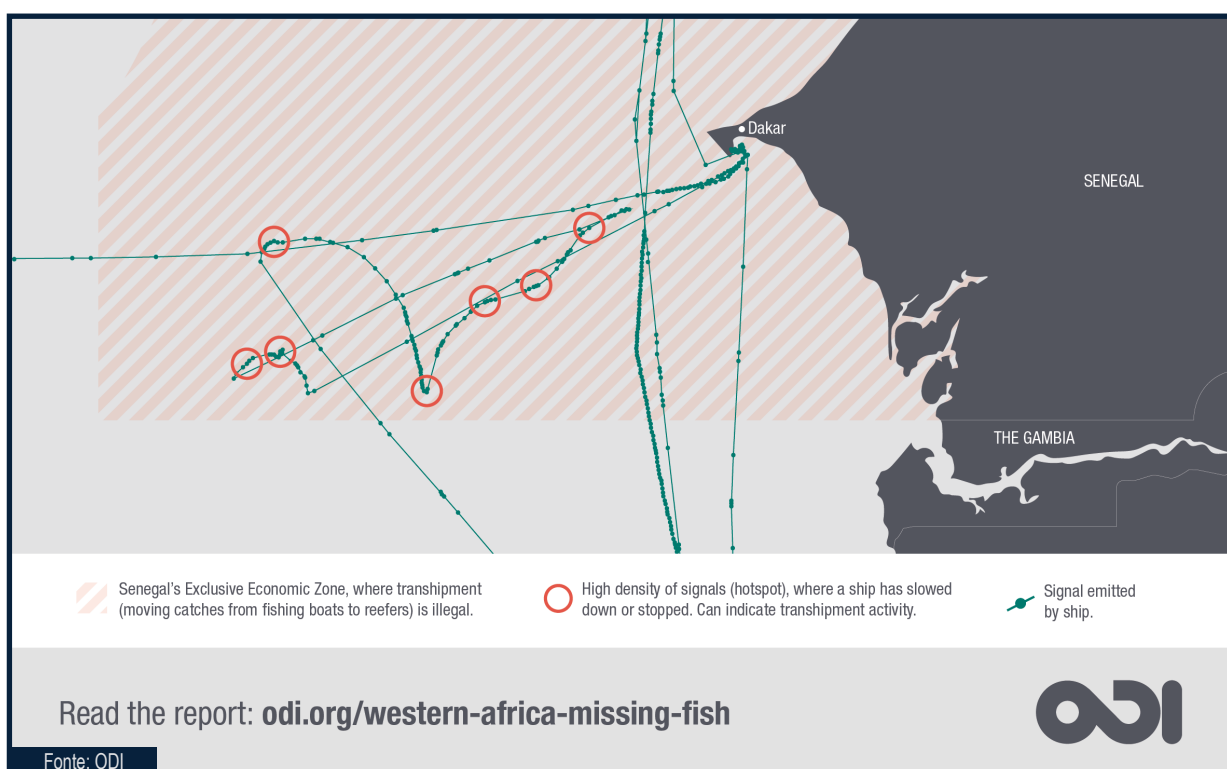
A pesca artesanal na costa da África Ocidental, no Atlântico Sul, é uma atividade cada vez mais complexa e perigosa, devido à pesca predatória praticada por embarcações estrangeiras. Tal atividade ilegal é endêmica na região e causa vultosos prejuízos aos Estados costeiros, gerando um déficit de 300.000 postos de emprego no setor de pesca artesanal e um prejuízo anual de US\$ 2,3 bilhões, segundo as Nações Unidas. Assim, questiona-se: como essa problemática afeta a segurança marítima regional?

A pesca ilegal, não reportada ou não regulamentada (IUU, em inglês) é praticada por navios industriais, ou de arrasto, que capturam os pescados mais rentáveis. Além de desconsiderar o devido cuidado com espécies protegidas, essa prática de captura em massa desperdiça um elevado número de peixes, que são descartados devido ao baixo valor comercial. Todavia, os animais devolvidos ao mar geralmente não sobrevivem. As Nações Unidas estimam que 77% dos estoques pesqueiros locais já estejam sobre pescados.

Dada à baixa disponibilidade de meios navais e fragilidade das Forças marítimas de alguns países locais, a capacidade de patrulhamento fica comprometida, facilitando as atividades das embarcações ilegais. Assim, a cooperação se coaduna como vital para o controle de ilícitos na região. Além do *Greenpeace*, que apoia o

Senegal no rastreamento da pesca IUU, a *Sea Shepherd Global* também atua assistindo países como Benin, Gabão, Gâmbia, Libéria, Namíbia, São Tomé e Príncipe além de Serra Leoa na inspeção de embarcações suspeitas e patrulhamento conjunto. Em setembro de 2022, a Guarda Costeira da Libéria apreendeu o navio de pesca de arrasto de bandeira liberiana *Kanbal III*, marcando a 20ª prisão em conjunto com a *Sea Shepherd* desde o início da operação *Sola Stella*, em 2017. No mesmo mês, a Organização também auxiliou a Namíbia na apreensão de uma traineira repleta de barbatanas de tubarão.

Para além das implicações econômicas e de segurança alimentar, a pesca IUU é um dos principais fatores que contribuem para a insegurança marítima na África Ocidental, uma vez que está correlacionada a outros ilícitos marítimos. Privados de sua fonte principal de sustento, os pescadores locais são aliciados para trabalhar com pirataria e/ou roubo armado, devido ao conhecimento técnico e experiência nas águas regionais. Assim, o aumento da preocupação com essas ameaças, bem como a construção de mecanismos que permitam a repressão dessas práticas e punição dos infratores é essencial não somente para a proteção do ecossistema e desenvolvimento dos países, mas também para a segurança marítima da região.



O papel da Península Ibérica na crise energética europeia

Marina Autran

O fornecimento de gás natural é um dos principais problemas atuais dos países europeus. A discussão sobre usar a Península Ibérica como provedora alternativa não é nova, mas tem ganhado força no último mês, como consequência dos cortes de fornecimento da *Gazprom* após sanções contra a Rússia por conta do conflito na Ucrânia. Sendo assim, analisa-se se a proposta de criação de um novo gasoduto entre países ibéricos e o resto da Europa é uma solução viável para a crise de abastecimento atual.

Os países ibéricos não são produtores de gás natural, porém seu sistema de fornecimento diversificado e isolado os tornou um diferencial dentro da Europa, sendo chamados de “ilha energética”. A rede energética espanhola é uma das mais seguras, com diversas rotas de fornecimento e seis terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL) em funcionamento. Já em Portugal, o principal destaque é o Porto de Sines, com um terminal GNL que movimenta cerca de 60% do gás natural consumido no país. Esse porto é a instalação europeia mais próxima dos Estados Unidos e do Canal do Panamá, tendo uma importância geoestratégica para o recebimento de recursos energéticos das empresas americanas.

O gasoduto *MidCat* foi proposto inicialmente em 2013 pela operadora francesa *Teréga*, com o objetivo

de criar uma rota entre a Espanha e o leste europeu pela França. Em 2019, foi cancelado por não ser considerado economicamente viável por reguladores franceses, porém o projeto voltou para negociação em 2022, com apoio diplomático do governo alemão. A criação do novo gasoduto contribuiria para diminuir a dependência do gás russo, por conseguirem usar importações ibéricas de GNL para abrandar a crise.

No entanto, a França não vê a construção como uma boa solução a curto prazo para o problema. A criação de mais um gasoduto iria contra os objetivos de descarbonização da Europa, preocupando o governo francês por conta das fortes pressões ambientalistas. Mesmo superando esses entraves, também poderia prejudicar os interesses da indústria nuclear francesa.

Conclui-se que os países ibéricos devem fazer parte da solução da questão energética europeia, porém, no curto prazo, a viabilidade é comprometida por discussões políticas. Não apenas sua posição geográfica permite novas possibilidades de fornecimento, assim como seu modelo de diversificação contribui para uma Europa mais segura energeticamente. Entretanto, as objeções francesas ao novo gasoduto limitam o abrandamento da crise.



DOI 10.21544/2446-7014.n170.p09.

No palco do Mediterrâneo Oriental: Líbano vs. Israel

Vitória França

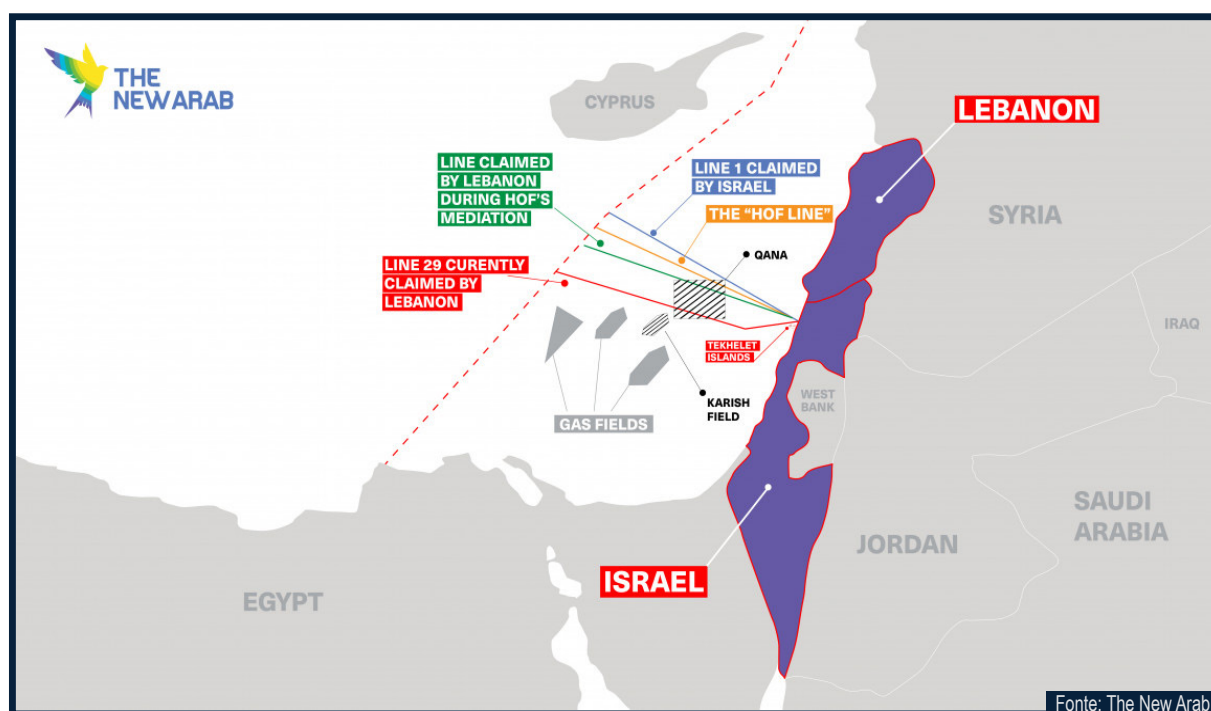
O ano de 2022 tem sido marcado pelo avanço de um acordo marítimo e pelo acirramento das relações entre Líbano e Israel. Beirute e Tel Aviv estão em negociações indiretas, mediadas pelos Estados Unidos, para demarcação de suas fronteiras desde que foram descobertas reservas de gás natural *offshore* no Mediterrâneo Oriental no início dos anos 2010. Nesse contexto, é importante analisar as circunstâncias atuais do devido acordo, mas sem ignorar as relações históricas que o limitariam.

Israel e Líbano têm interesse mútuo em resolver sua disputa de fronteira marítima. Considerando os benefícios econômicos e as implicações geopolíticas, a definição do espaço marítimo entre Israel e Líbano não pode ser subestimada. Para Tel Aviv, o desenvolvimento do campo *offshore* Karish chega em um momento oportuno, uma vez que pretende expandir seu mercado de gás à Europa. Para Beirute, as perspectivas são menos nítidas, uma vez que demoraria pelo menos meia década para que desenvolvesse sua infraestrutura, mas ainda há oportunidade de obter ganhos advindos dos campos de gás. Paralelo a isso, não se pode negar que a disputa é o principal motivo que levou empresas petrolíferas como a Total, da França e a italiana Eni, a contribuir para alcançar um acordo libanês-israelense, visto como pré-requisito para operar livremente nos blocos de gás na região.

Porém, as relações entre os países vêm se acirrando novamente, e se acumulando sobre um passado de guerras. Em julho, argumentando a “defesa dos interesses libaneses”, o Hezbollah enviou três *drones* a Karish - que historicamente ficou fora da fronteira reivindicada pelo Líbano, mas que nos últimos anos Beirute argumenta estar parcialmente dentro de seu território.

Um dos principais obstáculos para conquistar um acordo estável gira em torno dos interesses de ambos os países. O Estado libanês vem sofrendo com uma crise política e econômica sem precedentes. Além disso, as negociações com o vizinho são politicamente sensíveis, já que Beirute não reconhece a soberania de Israel. No lado israelense, o governo do atual Primeiro-Ministro, Yair Lapid, enfrenta dificuldades em chegar a um acordo com Beirute e, por conseguinte, com o Hezbollah, uma vez que o governo de Israel argumenta que tal decisão deve ser aprovada por um referendo público. Além disso, mesmo com um acordo, há a possibilidade de a localização das plataformas ser definida a uma curta distância, mantendo as tensões.

O momento histórico de busca por novos fornecedores de energia no mercado cria espaço para que o acordo marítimo possa de fato acontecer. Mesmo assim, tal negociação estaria longe de ser um tratado de paz, devido à falta de apoio por vários atores e segmentos envolvidos.



A indústria armamentista russa no contexto do conflito na Ucrânia

Rafael Esteves

A Rússia se apresenta como um país com uma indústria armamentista consolidada e com alto grau de autonomia, com diversos produtos contendo tecnologia exclusivamente nacional. Apesar disso, o conflito na Ucrânia evidenciou a existência de uma integração do setor de Defesa russo com a tecnologia de nações rivais. Isso porque alguns armamentos russos acabavam por utilizar insumos oriundos de tais países, os quais tiveram seu fluxo interrompido com os bloqueios. Assim, questiona-se: seriam as sanções capazes de impedir o desenvolvimento da indústria armamentista russa?

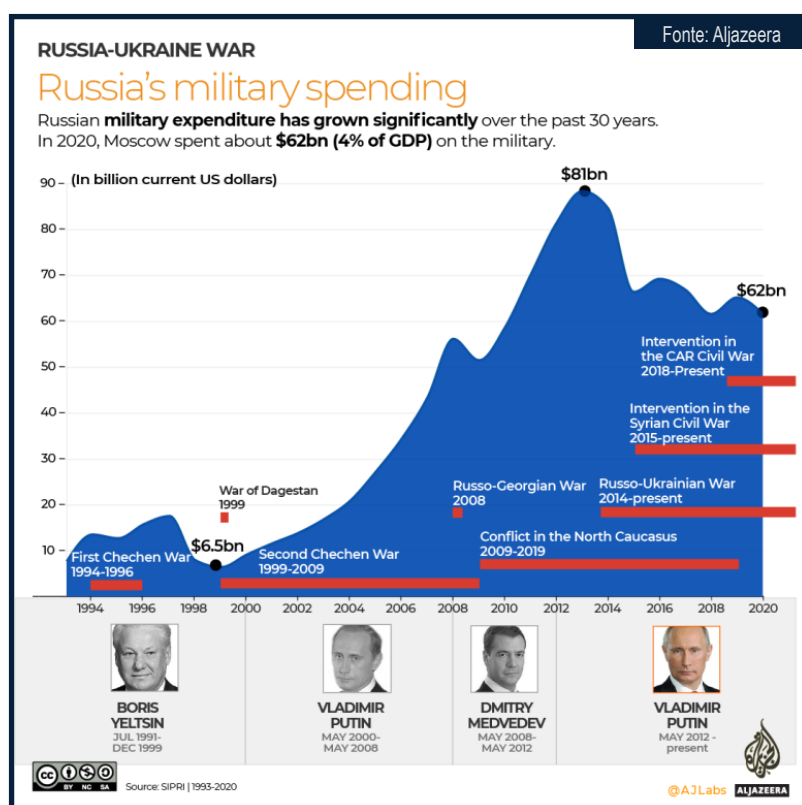
Tendo herdado uma indústria de Defesa consolidada do período soviético, a Rússia tentou garantir manutenção deste setor a partir da modernização do que já tinha e da elaboração de novos armamentos, tendo em vista as ambições russas no seu entorno geográfico. Mesmo limitadas, tais iniciativas lhes deram margem de atuação, o que pode ser visto no momento atual na Ucrânia, no qual há uma evidente utilização de armamentos de fabricação russa.

Assim, as sanções impostas pelas nações ocidentais vêm tentando afetar o esforço de guerra russo para a manutenção de suas operações no conflito. Pode-se afirmar certo grau de sucesso nas medidas tomadas, considerando que alguns armamentos russos, como os mísseis de cruzeiro 9M727, amplamente utilizados pela

Rússia e dependente de tecnologia ocidental para o seu funcionamento, como *chips*. Apesar disso, é importante ressaltar que, mesmo com as dificuldades impostas pelas sanções, os russos têm conseguido contornar tais questões ao tentar migrar para outros polos tecnológicos, como China e Irã, acionados para o fornecimento de equipamentos substitutos que dispensam a utilização dos componentes antes importados do Ocidente.

A China, vista atualmente como um dos maiores parceiros de Moscou, é um problema para as iniciativas de boicotar a indústria armamentista da Rússia, tendo capacidade de substituir tecnologias do Ocidente nas armas russas. Além disso, ao não estarem sujeitos às sanções, os chineses têm a possibilidade de importar certos produtos e vendê-los ao Kremlin. Outro importante parceiro é o Irã, que tem fornecido grandes quantidades de *drones kamikaze*, o *Shahed 136*, e de reconhecimento e ataque, o *Mohajer-6*.

Nesse sentido, mesmo com certo grau de sucesso, as sanções ocidentais não conseguiram limitar ao todo a indústria armamentista russa, que tem uma grande reserva do arsenal soviético e vem tentando migrar para novos parceiros tecnológicos. Dessa forma, a Rússia continua a ter margem de atuação no conflito da Ucrânia, ressaltando-se as dificuldades já apresentadas.



O conflito na Ucrânia provocou uma série de sanções internacionais à Rússia, promovendo alterações significativas em sua economia e na própria dinâmica geopolítica na Ásia. Nesse contexto de mudanças, o Mar Cáspio aparece como uma possibilidade de rota de comércio exterior. Assim, objetiva-se analisar o reposicionamento do Cáspio nesse novo cenário geopolítico.

A continuidade das hostilidades no Leste europeu tem consequências desafiadoras para a geopolítica chinesa e de alguns países centro-asiáticos. Neste âmbito, destaca-se, em especial, o Cazaquistão ([Boletim 159](#)) e o Uzbequistão ([Boletim 161](#)), que dependem do território russo e do Mar Negro para escoamento do seu comércio exterior. Para a China, o conflito russo-ucraniano significa desafios para o projeto *Belt and Road Initiative*, uma vez que a *New Eurasian Land Bridge* — um dos corredores que a compõem — liga o território chinês à Europa por meio da Ásia Central e o território russo.

Nesse cenário, o Mar Cáspio é uma parte da Ásia que vem ganhando relevância como rota de comércio exterior com a continuidade do conflito. Para a Rússia, a deterioração da sua relação com o Ocidente, especialmente com a União Europeia, estimula a busca por novos mercados e rotas de transporte para o comércio

exterior. Ademais, sua recente Doutrina Naval estabelece como prioridades para o Cáspio a modernização e o aumento da capacidade dos portos russos, bem como o fortalecimento de sua posição econômica e geopolítica nesta região.

A região também vem ganhando atenção de outros atores, estando no centro de negociações locais. Por exemplo, a Índia tem investido no *International North-South Transport Corridor*, um conjunto de investimentos multimodal que liga a Rússia e países da Ásia Central aos portos indianos por meio do Mar Cáspio, trajeto que economiza 14 dias de viagem se comparado ao Canal de Suez. Também, em agosto deste ano, Serdar Berdimuhamedov — presidente do Turcomenistão — participou da cerimônia de inauguração de uma ponte que cruzará a baía de Garabogaz Kel — no Mar Cáspio — como parte da rodovia *Turkmenbash-Garabogaz-Kazakhstan*, a qual liga o Cazaquistão ao Turcomenistão.

Assim, percebe-se que as hostilidades entre Rússia e Ucrânia tiveram efeitos adversos para além do teatro de operações imediato, com reflexos, na área do Mar Cáspio. Na Ásia, o conflito provocou desafios para a China e os países centro-asiáticos. No entanto, também significou um movimento crescente de valorização geopolítica do Cáspio como rota internacional do comércio exterior.



Coreia do Sul: gerenciar as provocações norte-coreanas e reforçar a indústria de defesa nacional

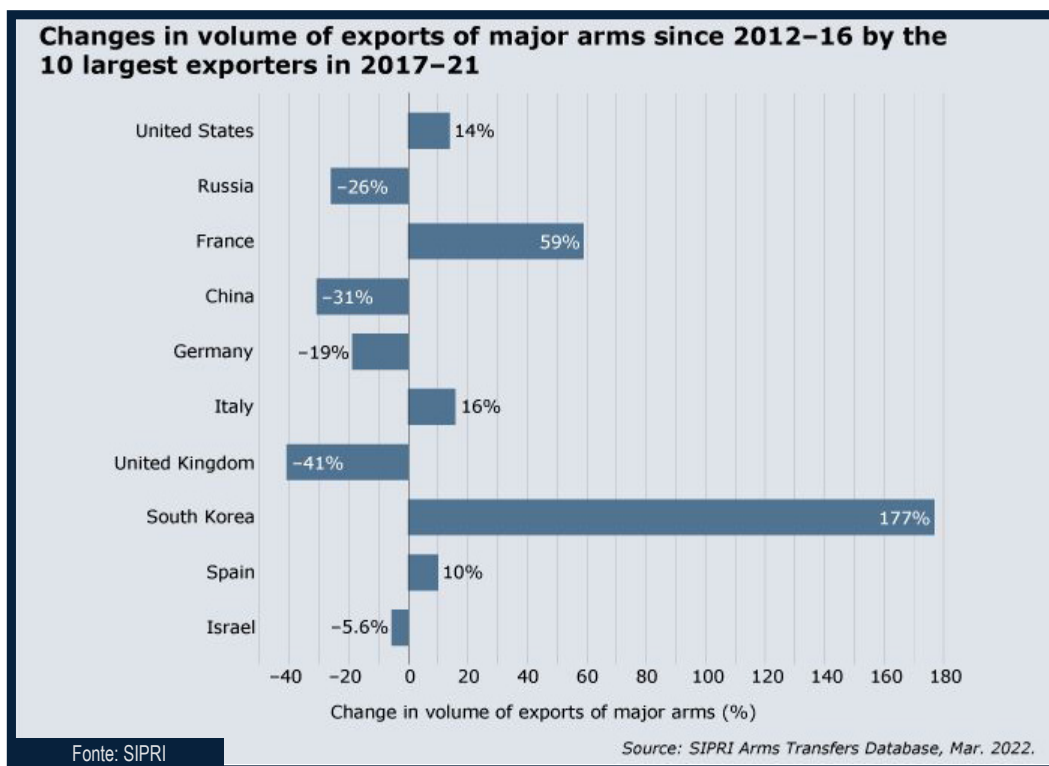
Marcelle Torres

Em meio aos recentes lançamentos de mísseis balísticos norte-coreanos no Mar do Leste em demonstração de força e ao temor de um próximo teste nuclear, Seul pondera impor novas sanções unilaterais em resposta às provocações de Pyongyang. Segundo Park Jin, Ministro das Relações Exteriores da Coreia do Sul, as opções também compreendem os setores marítimo, financeiro e ciberespaço, no intuito de combater cibercrimes norte-coreanos e buscar reduzir as opções de financiamento de seu programa nuclear. Todavia, questiona-se o limitado impacto dessas sanções.

Enquanto Pyongyang anuncia a adoção de uma nova lei sobre o uso preventivo de armas nucleares, Seul e Washington retomam exercícios militares conjuntos na região, consolidando a política de Yoon Suk-yeol. Em 30 de setembro, as Marinhas da Coreia do Sul e dos EUA e as Forças de Autodefesa Marítima do Japão participaram de um exercício de guerra antissubmarina no Mar do Leste, concentrado na detecção, identificação e rastreamento de submarinos norte-coreanos com capacidade de lançamento de SLBMs. O exercício reuniu o porta-aviões *USS Ronald Reagan* (CVN-76), o cruzador de mísseis guiados de 9.800t *USS Chancellorsville* (CG-62), o contratorpedeiro de 6.900t *USS Barry* (DDG-52) equipado com sistema *Aegis*, o contratorpedeiro sul-coreano *Munmu O Grande* (DDH-

976) de 4.400t e o contratorpedeiro japonês *Asahi* (DD-119) de 5.100t. Ainda, de 03 a 13 de outubro, o Corpo de Fuzileiros Navais sul-coreano estreará no exercício naval KAMANDAG em águas filipinas, participando ao lado dos Estados Unidos, Filipinas e Japão com o intuito de aprimorar as capacidades operacionais combinadas, como desembarque anfíbio e busca marítima.

Paralelamente ao anseio pelo gerenciamento das provocações norte-coreanas, sobretudo na mudança de postura do atual governo sul-coreano, Seul reforça sua indústria de defesa, aprimorando sua capacidade de produção no setor e contribuindo para a segurança nacional. Tendo iniciado sua indústria de Defesa em 1970, com capacidade de produção de navios a partir de 1980, atenção ao mercado estrangeiro na década de 2000 e ênfase em tecnologias e indústrias locais, o país atualmente figura entre os maiores exportadores de equipamento bélico do mundo. Entre 2017-21, suas exportações em Defesa foram 177% maiores do que 2012-16, conforme dados do SIPRI. Enquanto Seul lida com Pyongyang, também fomenta a cooperação naval com nações amigas para sua prontidão, apresenta-se a potenciais compradores com abordagem personalizada e prospera na necessidade de combate às ameaças militares norte-coreanas e na ascensão no *ranking* dos maiores exportadores de Defesa do mundo.



A pesar do passado conturbado — marcado pela colonização do Japão Imperial nos séculos XIX e XX —, atualmente, Tóquio e Taipei compartilham uma jornada de apoio mútuo, uma vez que o principal ponto de convergência geopolítica do complexo regional do Leste Asiático está fixado na securitização da China, que se mantém no topo da lista de ameaças dos atores da região com sua expansão econômica e militar. Nesse sentido, conforme as dinâmicas se tornam mais contenciosas, como vem se apresentando a política securitária japonesa em relação a Taiwan?

No último 04 de agosto, com a passagem de Nancy Pelosi na ilha ([Boletim 168](#)), cinco mísseis balísticos disparados deliberadamente pela China atingiram pela primeira vez a Zona Econômica Exclusiva japonesa ao sul de Okinawa, movimento que suscitou novamente o espectro de um possível conflito no entorno estratégico nipônico. Depreende-se que, diante da escalada de tensões no Estreito de Taiwan, a retórica da guerra levantada por Pequim vai de encontro com a ambiguidade estratégica japonesa em relação à ilha, postura ligada aos fluxos complexos da política interna do Partido Liberal Democrático, envolvendo forças pró-China e pró-Taiwan. O discurso nipônico, entretanto, vem mudando, como visto nas menções reforçadas à Taiwan nas edições de 2022 do *Diplomatic Bluebook* e do *Defense White*

Paper, ao passo que acompanha a nova concepção de diplomacia realista introduzida pelo Primeiro-Ministro Fumio Kishida.

Entende-se que há um difícil ato de equilíbrio para o Japão no quesito de não deterioração das relações com Pequim, que envolve sua assertividade em áreas próximas ao arquipélago com influência estratégica na segurança nacional japonesa. Destaca-se que Taipei está inteiramente ligada às Linhas de Comunicações Marítimas e às atividades econômicas do Mar da China Oriental, e, do ponto de vista nipônico, um cenário conflituoso no Estreito de Taiwan representa uma ameaça fundamental ao Japão. O realismo diplomático de Kishida baseia-se no *Free and Open Indo-Pacific*, sendo um ativo governamental importante de política externa ao localizar focos de tensão que possivelmente apresentam risco à soberania japonesa.

Portanto, espera-se que a postura estratégica nipônica mantenha um tom abrasivo, especialmente enquanto Tóquio revisa sua Estratégia Nacional de Segurança e outros dois documentos-chave no final deste ano. Tais mudanças — que devem lançar as bases para a política securitária do país nos próximos anos — são vistas como oposição à expansão da securitização da China e a crescente importância geopolítica de Taiwan.



O comissionamento do *INS Vikrant* e as aspirações de uma Índia autossuficiente

Gabriela Santos

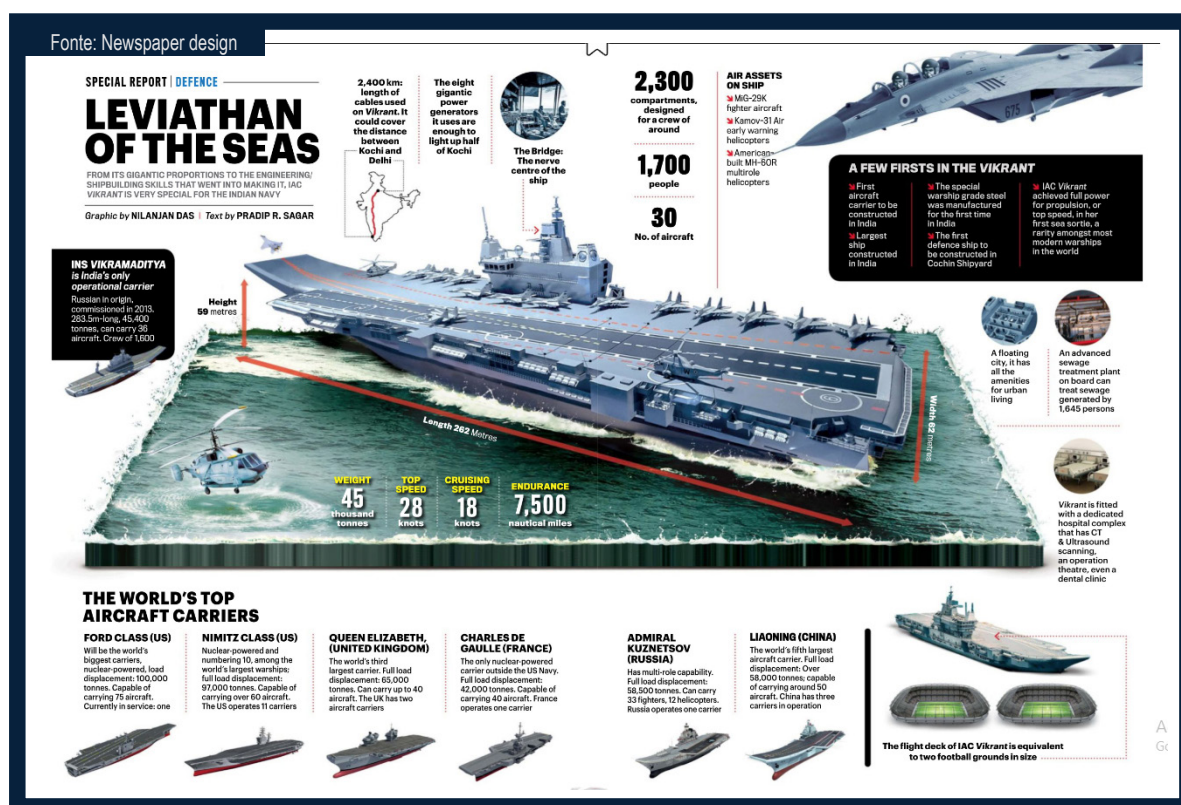
No início de setembro de 2022, o Primeiro-Ministro indiano, Narendra Modi, comissionou o primeiro porta-aviões desenvolvido nacionalmente. A embarcação *INS-Vikrant*, construída pela empresa *Cochin Shipyard* e possuindo cerca de 76% de peças e componentes próprios do país, é reflexo do seu esforço contínuo por autossuficiência – no que tange às capacidades de Defesa naval, principalmente. O feito é substancial para a Índia, que passa a fazer parte de um grupo seleto de nações com capacidade de produção de porta-aviões, e nos leva a refletir sobre as recentes aspirações da Marinha indiana.

Historicamente, o poder marítimo foi uma peça-chave na defesa da Índia, dada a sua disposição geográfica peninsular. A partir de sua independência, o país buscou aprimorar suas capacidades navais, mas apenas nos últimos anos foram dados maiores passos em direção a *Aatmanirbhar Bharat*, ou “Índia autossuficiente”. O conceito de *Aatmanirbhar*, popularizado no governo Modi, parte do princípio de que a dependência de países estrangeiros para toda e qualquer necessidade relacionada à Defesa é, por si só, uma ameaça estratégica. Desde então, o governo visa desenvolver um novo ecossistema de Defesa voltado para projetos e fabricação próprios, por meio da promoção da “indigenização” de diversos outros setores, indústrias e plataformas que

compõem o seu complexo industrial.

Para uma Índia que busca cada vez mais alavancar sua influência no Indo-Pacífico, o comissionamento de um navio de guerra produzido nestes moldes, coloca-a em uma posição vantajosa, capaz de grandes avanços em tecnologia e engenharia de Defesa, além de atender às necessidades de segurança coletiva da região. Mais criticamente, no entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para se alcançar o objetivo interno da autossuficiência – cerca de metade dos suprimentos militares indianos ainda são de origem soviética ou russa, e os reveses recentes em relação à guerra na Ucrânia expuseram o problema de aquisições de Defesa diante das interrupções do fornecimento vindo de Moscou.

Em suma, sendo o Oceano Índico cenário prioritário para a Índia em questões de segurança, a Marinha representa um segmento cada vez mais valorizado pelo seu potencial de projeção de poder e influência regional. É evidente que a sua modernização e diversificação de recursos é um trabalho complexo, lento e custoso, e que requer mudanças em setores tangenciais. No entanto, em que pesem os contratempos, os avanços em tecnologia de defesa vistos até hoje trazem confiança no comprometimento e nos objetivos a longo prazo do país.



Um ano do AUKUS: desafios à capacidade de Defesa australiana

Thayná Fernandes

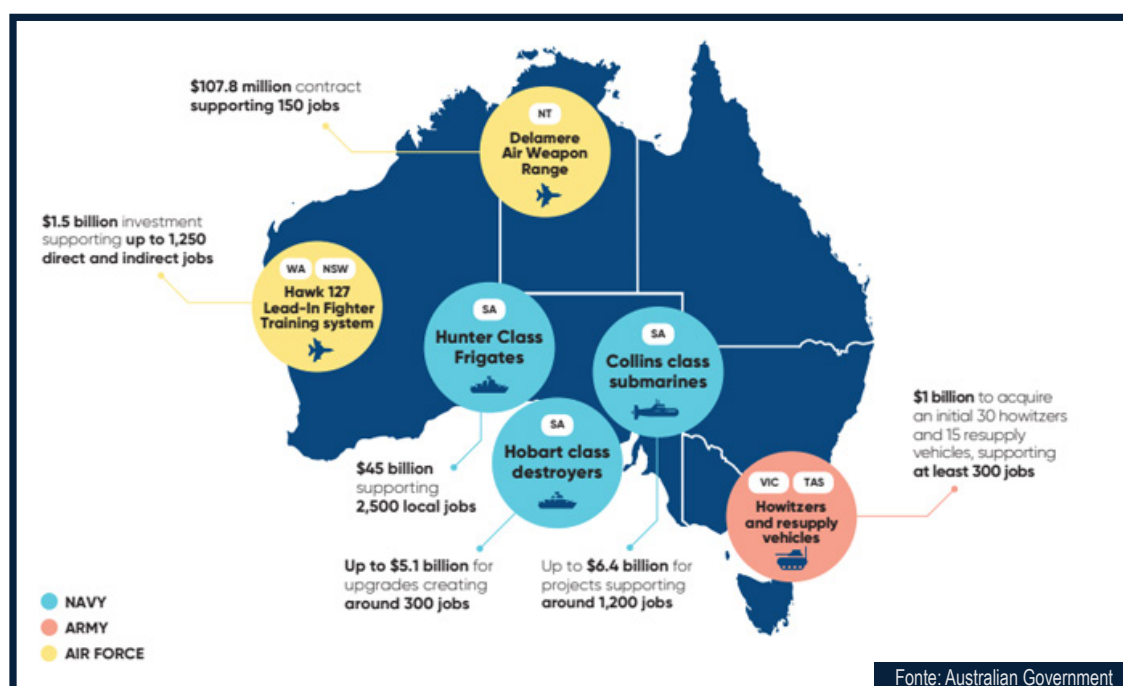
Em 15 de setembro de 2022, o acordo de Defesa entre Austrália, Estados Unidos e Reino Unido (AUKUS) completou um ano de seu estabelecimento. No anúncio da iniciativa, cujo objetivo principal é construir submarinos de propulsão nuclear australianos, os líderes dos Estados afirmaram que maiores detalhes seriam apresentados nos 18 meses posteriores, ou seja, em março de 2023. Passados doze meses, os cenários internos australianos e britânicos sofreram algumas modificações; apesar disso, o AUKUS parece não ter sido impactado, tendo-se em vista que conter o avanço de Pequim no Indo-Pacífico é o cerne de Canberra, Londres e Washington. Nesse contexto, para além da construção de submarinos, como a Austrália pode desenvolver capacidades autônomas para se contrapor de maneira robusta à China?

Segurança e Defesa são pontos cruciais nos debates em Relações Internacionais: estar “seguro” é estar capacitado para agir militarmente diante de alguma “ameaça”. Como “segurança” é um conceito subjetivo, se um país estiver constantemente se armando, seus vizinhos também buscarão ampliar seus recursos militares ou, caso contrário, ficarão vulneráveis. Buscar mais capacidades gera maior tensão, ou seja, cria um cenário mais “inseguro”; esse é o conhecido “Dilema de Segurança”. Assim, diante de cerca de 400 modernas embarcações chinesas, as modestas 36 australianas, com submarinos já próximos do fim de sua vida útil, podem não ser suficientes para o cenário cada vez mais tenso

e competitivo no Indo-Pacífico. Dessa forma, a decisão da Austrália de cancelar o acordo de 2016 com a França por submarinos convencionais e voltar-se aos parceiros mais tradicionais para utilizar propulsão nuclear indica o dilema de segurança vivido pelo país.

Contudo, o tempo de desenvolvimento desse projeto é longo e mesmo adquirindo uma embarcação pronta, os operadores também precisarão ter as expertises necessárias para utilizá-la. Alguns analistas apontam que, ao invés de focar apenas em projetos de longo prazo, os estrategistas do país precisam pensar no curto prazo. Algumas opções, nesse sentido, são investimentos em inteligência e veículos não tripulados. Tais abordagens, aliadas à negação do uso do espaço aéreo e sistemas que bloqueiem as Comunicações do adversário, podem robustecer as capacidades de Defesa australianas. Entretanto, a realidade atual é que, mesmo sendo parte de uma importante iniciativa de inteligência, os “Five Eyes”, os investimentos mais robustos do país no setor e em segurança cibernética estão apenas começando e ainda são insuficientes para atuarem como auxiliares às ações militares tradicionais.

Nesse sentido, embora seja extremamente relevante a continuidade do projeto AUKUS, o estabelecimento de uma capacidade de Defesa australiana mais autônoma e eficaz, especialmente no curto prazo, dependerá também de fatores que vão além de aeronaves, blindados ou embarcações.



O estremecimento das relações Argentina-Chile na Patagônia e seus efeitos na geopolítica antártica

Gabriele Hernandez

As linhas que definem as fronteiras entre Argentina e Chile na *Tierra del Fuego* ainda são motivo para debate entre os dois países, especialmente quando a Patagônia se conecta à Antártica. Durante a *Gran Parada Militar*, em 19 de setembro, o alto escalão das Forças Armadas Chilenas foi alvo de vazamento de *e-mails*, apontando para a inquietação dos militares do país perante as movimentações do Presidente argentino, Alberto Fernández em relação à política interna de países vizinhos, e ao fortalecimento da Patagônia argentina enquanto região de interesse nacional para projeção antártica. A reação militar aponta para turbulências no relacionamento entre os vizinhos andinos, mas também pode ser uma armadilha que favorece outros interessados na Antártica, como é o caso do Reino Unido.

A *Tierra del Fuego* já foi palco de um conflito que quase resultou em guerra entre os dois vizinhos andinos. Durante a crise no Canal de Beagle, em 1978, a Argentina reclamou a posse de três ilhas neste estreito que estavam sob administração chilena. O conflito, que envolveu mobilização massiva de militares argentinos nas regiões fronteiriças, terminou com a manutenção chilena na posse das ilhas, porém serviu como combustível para a invasão às Malvinas, quatro anos depois. A importância da região está atrelada com a

passagem de embarcações e aeronaves para a Antártica e suas respectivas áreas de interesse.

Nunca houve consenso entre os dois países em relação à divisão territorial que ambos reivindicam na Antártica. Há uma concordância em relação ao direito de reivindicação no continente austral, porém uma parcela considerável da área reclamada se sobrepõe na região da Península Antártica. Outro entendimento é que a reivindicação do Reino Unido por uma fração antártica semelhante não é legítima. A disputa tripartite ocorre desde o início do século XX, e só teve os ânimos acalmados com a assinatura do Tratado da Antártica, em 1959. Os três Estados, atualmente, investem recursos em *hubs* antárticos cada vez mais aprimorados, para alcançarem suas estações de pesquisa na região de maneira independente.

Disputar regiões estratégicas para a Antártica e revisitar demarcações fronteiriças pode ser visto como uma forma de solidificar os interesses nacionais e a estrutura para manter os pleitos antárticos, mas a instabilidade regional na América do Sul e o enfraquecimento das relações bilaterais pode dar espaço para o fortalecimento do Reino Unido, enquanto investe em infraestrutura nas Malvinas para alcançar a Antártica sem depender dos vizinhos latinos.



DOI 10.21544/2446-7014.n170.p17.

A navegação de cabotagem e as perspectivas pós-pandemia

Alessandra Brito

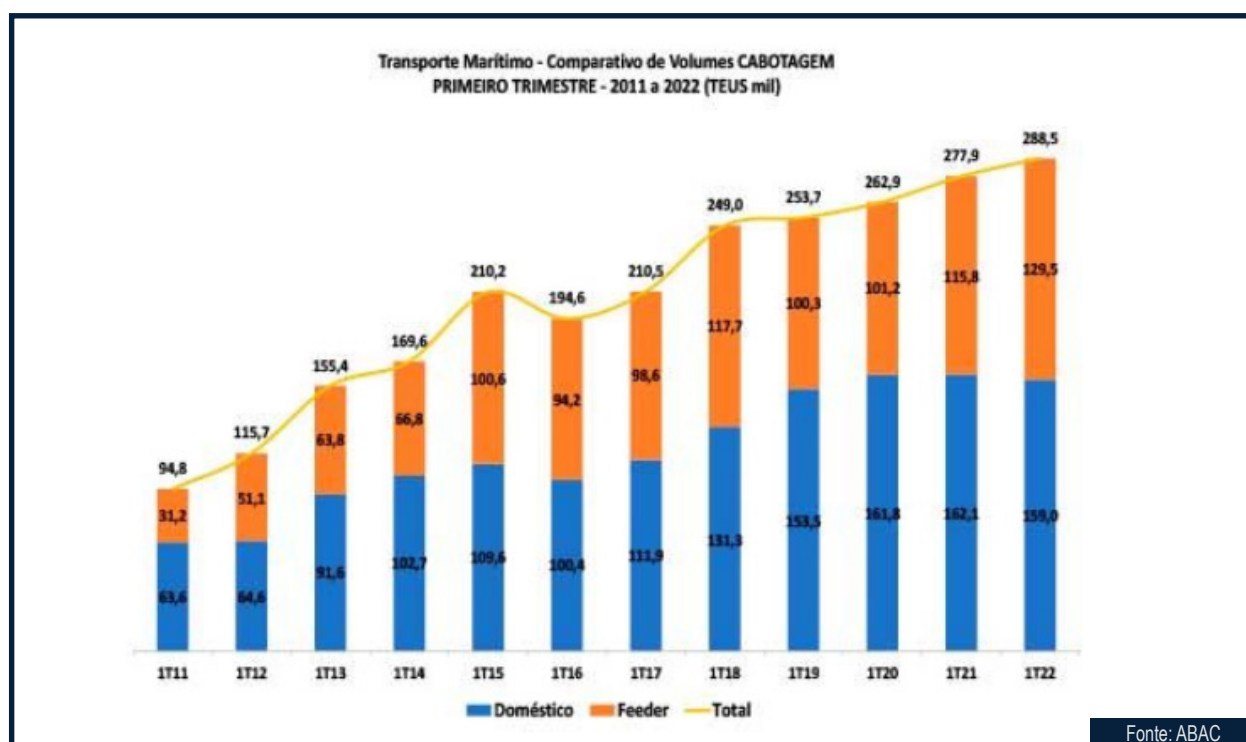
Em setembro de 2022, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) revelou o estado atual das cargas na cabotagem brasileira e a sua relação com os produtos transportados. A liderança no setor segue com os graneis líquidos sendo responsáveis por 77,1% desse mercado. As projeções são otimistas e espera-se um aumento gradual com a lei de incentivo “BR do Mar”.

Os critérios para enquadrar embarcações como “efetivamente operantes” e “pertencentes a um mesmo grupo econômico” entraram em vigor no último dia 03 de outubro, de acordo com a resolução 86/2022, publicada no dia 12 de setembro pela ANTAQ. Conforme a norma, o enquadramento envolveria os seguintes procedimentos: mapeamento da composição societária; comparação da composição societária entre sociedades e a verificação da presença de controle societário direto ou indireto entre as sociedades. Existem atualmente cerca de 40 empresas cadastradas para prestar serviços na cabotagem, mas apenas oito dominam aproximadamente 95% do mercado.

No Brasil, entre 2010 e 2020, o transporte de cargas containerizadas na navegação de cabotagem triplicou em comparação ao crescimento de outros tipos de carga

(geral, graneis líquidos e sólidos). Entretanto, a liderança no setor é de graneis líquidos, seguida por graneis sólidos (11,8%), carga containerizada (8,1%) e carga geral (3%). A cabotagem no primeiro semestre de 2022 movimentou 140,6 milhões de toneladas. A movimentação de contêineres como um todo foi de 62,7 milhões de toneladas, correspondendo a uma queda de 4,4% em relação ao segundo semestre de 2021. No entanto, em relação à Navegação de Cabotagem, houve um aumento de 2,9% no transporte de *Twenty-feet Equivalent Unit* (TEU, sigla em inglês), com destaque para os seguintes produtos: plásticos, arroz, máquinas e materiais elétricos, obras de pedra e ferro e aço.

O país tem seguido um caminho de expansão e, como exemplo, a Aliança Navegação e Logística está construindo duas barcas oceânicas para o transporte de contêineres no Brasil. O projeto inclui também a construção de dois empurradores em Belém, no Pará. As novas barcas e os empurradores foram especialmente projetadas para o transporte de 700 TEU em mar aberto, gerando 300 postos de trabalho durante a construção e de 30 aquaviários para a operação. Acredita-se que muitos outros projetos como esse venham a acontecer com as novas regulações.



- ▶ [How to Fight a Nuclear War](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman
- ▶ [Is Nuclear War Inevitable?](#)
PROJECT SYNDICATE, Joseph S. Nye, Jr
- ▶ [2022 Fourth-Quarter Forecast](#)
WORLDVIEW, Stratfor
- ▶ [The End of Senior Politics in China](#)
THE DIPLOMAT, Zhuoran Li
- ▶ [Intellectual Readiness Is Vital to Sea Power](#)
U.S. NAVAL INSTITUTE, Trent Hone e Lieutenant Eric Vorm

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Maria Eduarda Parracho e Taynah Pires

OUTUBRO

Principais eventos de 05 a 19 outubro

09



ÁUSTRIA
ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS

10-16



EUA
REUNIÃO DO BANCO
MUNDIAL E DO FMI

13-18



ÁFRICA DO SUL
EXERCÍCIO NAVAL
IBSAMAR

14



ESCÓCIA
FIM DO EXERCÍCIO
MILITAR JOINT WARRIOR

15



EUA
INÍCIO DO EXERCÍCIO
MILITAR YUDH
ABHYAS

16



CHINA
20º CONGRESSO DO
PARTIDO
COMUNISTA CHINÊS

18



FRANÇA
INÍCIO DA
EURONAVAL 2022

19



TAILÂNDIA
INICIO DA REUNIÃO
DOS MINISTROS DAS
FINANÇAS DA APEC

- **Conflitos no sul do Chile: desafios para estabilidade e segurança regionais**
GUZMÁN, Nicolás. [¿Qué está pasando en la Macrozona Sur de Chile?](#). DW, 14 set. 2022. Acesso em: 30 set. 2022
MANDUJANO-BUSTAMANTE, Fernando; RODRÍGUEZ-TORRENT, Juan Carlos; HERRERA-REYES, Sonia. [El Estado chileno y la Patagonia: conflictos territoriales](#). Bitácora Urbano Territorial, Colômbia, v. 26, 2016. Acesso em: 29 set. 2022.
 - **Cooperação Canadá-EUA e o Projeto de Modernização do NORAD**
BARRETO, Jéssica Pires Barbosa. [A Influência dos Acordos de Defesa Conjunta na Indústria Canadense](#). Erabed Sudeste, 2019. Acesso em: 30 set. 2022.
CANADÁ. [Fact sheet: Funding for Continental Defence and NORAD Modernization](#). Canada, 2022. Acesso em: 30 set. 2022.
 - **O papel nigeriano no enfrentamento da (in)segurança cibernética**
CHARLES, John. [Insecurity: Navy school introduces new subjects to curriculum](#). Punch, 09 set. 2022. Acesso em: 14 set. 2022.
SUNDAY, Odit. [NSA to boost cyber security, announces Nigeria's accession to Budapest Convention on Cybercrime](#). The Guardian Nigeria, 23 ago. 2022. Acesso em: 14 set. 2022.
 - **O dilema da pesca predatória na costa da África Ocidental**
[Poachers' Paradise](#). Australian Broadcasting Corporation, 25 ago. 2022. Acesso em: 27 set. 2022.
[West Africa Fights Back Against Illegal Fishing](#). Africa Defense Forum, 27 set. 2022. Acesso em: 27 set. 2022.
 - **O papel da Península Ibérica na crise energética europeia**
RINKE, Andreas; CARREÑO, Belén; ROSE, Michel. [Analysis: Pyrenees pipeline puts EU energy divisions in stark relief](#). Reuters, 13 set. 2022. Acesso em: 01 out. 2022.
LEALI, Giorgio; CAULCUTT, Clea. [France to look into MidCat pipeline again as energy crunch tightens](#). Politico, 28 set. 2022. Acesso em: 01 out. 2022.
 - **No palco do Mediterrâneo Oriental: Líbano vs. Israel**
[Lebanon expects U.S. mediator offer for maritime border with Israel within days](#). Reuters, 26 set. 2022. Acesso em: 28 set. 2022.
[Time to Resolve the Lebanon-Israel Maritime Border Dispute](#). Crisis Group, 18 ago. 2022. Acesso em: 28 set. 2022.
 - **A indústria armamentista russa no contexto do conflito na Ucrânia**
BEAUMONT, Peter. [Russia escalating use of Iranian 'kamikaze' drones in Ukraine](#). The Guardian, 29 set. 2022. Acesso em: 30 set. 2022.
SABALLA, Joe. [Russia Running Low on Hypersonic Weapons Due to Microchip Shortage: Report](#). The Defense Post, 08 set. 2022. Acesso em: 30 set. 2022.
 - **Todos os caminhos levam ao Cáspio**
AHMADI, Ali. [Russia-Ukraine War: Implications for Asian Geoeconomics](#). The Diplomat, 02 jul. 2022. Acesso em: 01 out. 2022.
[Construction of a bridge on Caspian Sea connecting Turkmenistan with Kazakhstan and shortening the way to Europe started](#). AKIpress News Agency, 10 ago. 2022. Acesso em: 01 out. 2022.
 - **Coreia do Sul: gerenciar as provocações norte-coreanas e reforçar a indústria de defesa nacional**
[Japan - United States - Republic of Korea Trilateral Exercise](#). Japan Ministry of Defense, 30 set. 2022. Acesso em: 30 set. 2022.
[S. Korea mulls tightening sanctions against N. Korea over missile launches](#). The Korea Times, 30 set. 2022. Acesso em: 30 set. 2022.
 - **Japão e a securitização da China: o dilema de Taiwan**
FISCHETTI, Andrea A., ROTH, Anthoni. [Japan and China Face a New Normal around Taiwan - Tokyo Review](#). Tokyo Review, 19 set. 2022. Acesso em: 24 set. 2022.
SHAFFER, Sabrina. [Why Japan Needs to Talk to Taiwan - Foreign Policy Research Institute](#). Foreign Policy Research Institute, 15 set. 2022. Acesso em: 26 set. 2022.
 - **O comissionamento do INS Vikrant e as aspirações de uma Índia autossuficiente**
OZBERK, Tayfun. [Indian Navy commissions indigenous aircraft carrier "INS Vikrant"](#). Naval News, 02 set. 2022. Acesso em: 15 set. 2022.
THAKKER, Aman. [A Rising India In The Indian Ocean Needs A Strong Navy](#). Center for Strategic and International Studies, 2022. Acesso em: 16 set. 2022.
 - **Um ano do AUKUS: desafios à capacidade de Defesa australiana**
KNOTT, Matthew. [One year on, AUKUS reaches the awkward age](#). The Sydney Morning Herald, 15 set. 2022. Acesso em: 30 set. 2022.
MICK, Ryan. [The Task Ahead for Rapid Capability Enhancement in Australian Defense](#). Center for Strategic and International Studies, 2022. Acesso em: 30 set. 2022.
 - **O estremecimento das relações Argentina-Chile na Patagônia e seus efeitos na geopolítica antártica**
BENSON, Uwakwe. [Chilean military documents were leaked in which they speak of Argentina and Alberto Fernández](#). The Times, set. 2022. Acesso em: 01 out. 2022.
HERNANDEZ, Gabriele. **Brasil e Chile na Antártica: cooperação entre dois programas distintos**. Dissertação em Estudos Estratégicos. Niterói, 2020. 131 f.
 - **A navegação de cabotagem e as perspectivas pós pandemia**
FIRMINO, Anderson. [Estudo da Antaq revela novo cenário na navegação de cabotagem nos portos brasileiros](#). A Tribuna, 15 set. 2022. Acesso em: 20 set. 2022.
RESANO, Luis Fernando. [Resultados na navegação de cabotagem no primeiro semestre de 2022 e perspectivas](#). Portos e Navios, 28 ago. 2022. Acesso em: 13 set. 2022.
- O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio

risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Luísa Barbosa

► ALTO RISCO:

- AFGANISTÃO - Crise estrutural: [Has US policy toward Taliban-ruled Afghanistan failed Afghans?](#). **Brookings Institute**, 29 set. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.
- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Conflito em Nagorno-Karabakh: [Armenia, Azerbaijan top diplomats hold peace talks in Geneva](#). **Al Jazeera**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.
- BELARUS - Tensão regional: [Lukashenko turns Belarus into bridgehead for Russian army](#). **Ukrinform**, 01 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.
- BURKINA FASO - Golpe militar: [Burkina Faso coup: Ousted military leader Damiba ‘resigns’](#). **Al Jazeera**, 02 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.
- ETIÓPIA - Conflito entre governo e forças insurgentes: [Ethiopia: Tigrayan rebels announce redeployment of troops](#). **Africa News**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.
- HAITI - Crise estrutural e instabilidade política: [Haiti confirms cholera deaths as fuel shortage, protests hamper access to clean water](#). **Miami Herald**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.
- IÊMEN - Crise humanitária: [Does the end of Yemen’s truce mean return to full-blown fighting?](#). **Al Jazeera**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.
- LÍBANO - Crise estrutural: [How Lebanon's electricity crisis sparked a solar power revolution](#). **The New Arab**, 30 set. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.
- MALI - Conflitos internos e tensões regionais: [Mali- 46 soldats ivoiriens: Guillaume Soro appelle Ouattara à s'excuser](#). **Afrique Sur 7**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.
- MIANMAR - Golpe militar: [Ex-presidente de Myanmar é condenada a mais de três anos de prisão](#). **Agência Brasil**, 29 set. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.
- MOÇAMBIQUE - Conflito entre governo e forças insurgentes: [Nampula: Incursões extremistas provocaram 47 mil deslocados em setembro](#). **DW**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito Militar: [Ukraine live briefing: Russian lawmakers approve annexation of Ukrainian regions; Lyman retreat buoys Kyiv](#). **The Washington Post**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.
- SÍRIA - Insegurança regional: [Australia to rescue families of ISIS fighters from Syria](#). **CNN**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• SOMÁLIA - Crise eleitoral e humanitária: [Somália anuncia morte de líder de topo do al-Shabab](#). **Mundo ao Minuto**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• SRI LANKA - Crise estrutural: [Sri Lanka economic crisis: Unprecedented poverty grips nation](#). **The Federal**, 29 set. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

► MÉDIO RISCO:

• IRAQUE - Crise política: [Iran attacks on north Iraq force residents of 6 villages to flee](#). **Middle East Monitor**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• LÍBIA - Crise estrutural e tensão eleitoral: [42 bodies found in mass grave in Libya](#). **Africa News**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• SUDÃO - Golpe de Estado e conflito fronteiriço: [Sudan campaigners demand action after alarming rise in 'honour killings'](#). **Al Jazeera**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• VENEZUELA - Crise estrutural: [Venezuela swaps prisoners with US in hint of thawing relations](#). **The Guardian**, 02 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• PAQUISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [5.7 million Pakistan flood victims to face food crisis: United Nations](#). **Hindustan Times**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Conflitos internos: [DR Congo: Humanitarian situation worsens: UN mission continues to battle armed militias](#). **UN News**, 30 set. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

► EM MONITORAMENTO:

• COLÔMBIA - Crise migratória: [Colombia-Venezuela border reopening raises hopes, new questions](#). **Al Jazeera**, 28 set. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• COREIA DO NORTE - Teste de mísseis: [North Korea fires ballistic missiles in fourth launch in a week after naval drills](#). **The Guardian**, 01 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [In El Salvador, army surrounds town to root out gang](#). **AP News**, 02 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• EQUADOR - Instabilidade sociopolítica: [El riesgo país de Ecuador subió 1.000 puntos desde la asunción de Guillermo Lasso](#). **Infobae**, 30 set. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• EUROPA OCIDENTAL - Tensões com a Rússia e crise energética: [Energy crisis: Europeans 'must lower thermostats to prepare for Russia turning off gas supplies'](#). **Euro News**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• GOLFO DA GUINÉ - Insegurança marítima conjuntural: [Navy alone cannot protect our territorial waters' – Capt Onoharigho](#). **Vanguard**, 02 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• IRÃ - Protestos contra o governo: [Iran's Khamenei blames Israel, US in first comments on protests](#). **Al Jazeera**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• MAR DO SUL DA CHINA- Exercícios navais conjuntos: [US, Philippine forces hold combat drills to brace for crisis](#). **Stars and Stripes**. 03 out. 2022. 03 out. 2022.

• NICARÁGUA - Crise política: [Nicaragua cuts diplomatic ties with Netherlands, refuses entry to US envoy](#). **DW**, 01 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

• NIGÉRIA - Conflitos internos: [Nigeria's future uncertain as security threats grows](#). **Business Day**, 03 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.

- PERU - Instabilidade política: [Race for mayor of Peru's capital is neck and neck among two conservatives, exit poll shows](#). **Reuters**, 02 out. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.
- TAIWAN - Tensões entre China e EUA: [The U.S. and China need to resume talks over Taiwan — away from the public eye, says think tank](#). **CNBC**, 30 set. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.
- TOGO - Conflito entre governo e forças insurgentes: [Cómo puede África occidental frenar el yihadismo](#). **The Conversation**, 28 set. 2022. Acesso em: 03 out. 2022.